

# Nomes de lugar na dinâmica do antigo regime: antropotopônimos em Minas Gerais, Séc. XVIII

*Names of places in the dynamic of the ancient régime: anthrotoponyms in Minas Gerais, Sec XVIII*

*Arthur Barretto de Almeida Costa<sup>1</sup>*

*Maria Cândida Trindade Costa de Seabra<sup>2</sup>*

*Márcia Maria Duarte dos Santos<sup>3</sup>*

**RESUMO:** Procuramos compreender como a estrutura social e política do Antigo Regime influenciou na escolha dos nomes de lugar em Minas Gerais no Setecentos, especificamente no caso dos antropotopônimos. Após a identificação dos nomes, buscamos caracterizar os indivíduos homenageados, identificando a função exercida na sociedade e o lugar de nascimento, assim como tentamos identificar a localização e a concentração geográficas destes nomes. Verificamos que os antropotopônimos podiam tanto estar relacionados com a posse de um lugar por indivíduos importantes, como derivar da tentativa de estreitar relações com o monarca, com a colocação de uma designação relativa a membros da família real.

**ABSTRACT:** In this paper, we try to understand how political and social structure of the Ancien Régime influenced the choices of place names in Minas Gerais during the 18th century, especially in the case of anthrotoponyms. After the identification of names, through the usage of coeval maps of that time, we characterized the honored individuals, identifying the social exercised function on society and birth place, as well as we attempted to find names location and geographic concentration. We noticed that the anthrotoponyms could be related both with a place possession by important individuals and with an attempt to narrow relations with the king, using a designation directly related with royal family members.

---

1 Graduando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Grupo Mineiro de Estudos do Léxico. E-mail: arthurbarretto@oi.com.br.

2 Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenadora do Grupo Mineiro de Estudos do Léxico. E-mail: candidaseabra@gmail.com

3 Professora aposentada do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenadora de ações educativas do Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG. E-mail: mdsantos@yahoo.com.br

**PALAVRAS-CHAVE:** Toponímia. Capitania de Minas Gerais. Setecentos.

**KEYWORDS:** Toponymy. Capitania of Minas Gerais. 18th century.

## **I. INTRODUÇÃO**

Em estudos recentes, os antropotopônimos têm se apresentado como uma das taxas mais importantes na nomeação de lugares em Minas Gerais, tanto em dados referentes ao passado, através do estudo de registros cartográficos históricos (SANTOS e SEABRA, 2011a; SANTOS e SEABRA, 2011b; SANTOS, CINTRA e COSTA, 2011; SEABRA e SANTOS, 2012), como no presente, fato constatado pelas análises da toponímia das mais diversas áreas do atual do território mineiro (CARVALHO, 2012; CARVALHO, 2010; MENDES, 2010; MENEZES, 2009). Na maioria dos casos, tal categoria se apresenta como a primeira ou segunda de maior relevo, nunca estando fora do grupo das cinco mais bem representadas.

Diante desses fatos, fica evidente a importância dos estudos antropotoponímicos nas investigações da nomeação nas Gerais. Mas a pesquisa da utilização dos nomes de pessoas como denominações de localidades abre amplas possibilidades para o aumento do conhecimento do lugar, seja por causa inúmeras razões pelas quais uma determinada localidade pode receber o nome de uma pessoa, por esta pessoa ter sido parte do processo de fundação do povoado, um político externo importante, ou ter participado de um evento marcante, etc., seja pela possibilidade de, através da investigação do perfil biográfico dos homenageados, deslindar as redes de poder que influenciaram e permanecem afetando o processo de escolha das nomenclaturas dos lugares, bem como outras decisões políticas.

Neste trabalho, buscamos investigar os locais com o nome motivado por denominações pessoais, escolhendo um período histórico – o Setecentos – por se tratar da época de gestação e consolidação do território, que seria chamado de Minas Gerais, ou seja, da construção das memórias e práticas que “inventariam” esse território (ANDRADE, 2008). Essa época concentrou uma série de práticas que contribuíram em muito para a constituição da sociedade e da cultura política do presente, de modo que as investigações da nomeação durante esse período podem trazer relevantes contribuições para a compreensão da formação do que posteriormente viria a ser chamado de “Minas Gerais”.

## **2. CORPUS E METODOLOGIA**

Selecionamos, para a análise referente ao século XVIII, os registros cartográficos históricos mais relevantes para a identificação dos antropotopônimos. Foram utilizados os mapas de José Joaquim da Rocha, referentes à capitania de Minas Gerais de 1777, 1778 e 1793, além daqueles mapas feitos por ele, no mesmo período, de cada uma das quatro comarcas que compunham o território mineiro à época, a saber: Serro Frio, Rio das Velhas, Rio das

Mortes e Vila Rica; o mapa de Caetano Luís de Miranda, de 1804; e dois mapas anônimos, um de 1767 e outro da primeira década dos oitocentos. Foi catalogado um total de 28 antropotopônimos. Além disso, usamos o Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais, de Waldemar de Almeida Barbosa (1995), para traçar o perfil biográfico dos homenageados, bem como nos valemos da obra Toponímia de Minas Gerais, de Joaquim Ribeiro da Costa (1970), para complementar as informações.

Há de se observar que estão incluídos no estudo mapas feitos no começo do século XIX, de modo que um esclarecimento se faz necessário. O que aqui se considera setecentismo não é um período de tempo definido clara e indiscutivelmente por datas históricas rígidas, mas uma época delimitada por um conjunto de práticas econômicas, políticas e sociais comuns. Assim, para a definição histórica do século XVIII, seguem as considerações de Resende (2007), para quem o período em tela teria começado para Minas Gerais em 1674, com as bandeiras de Fernão Dias, ou em 1693, com as primeiras descobertas de ouro, e findaria em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Tal abordagem, que torna mais maleáveis os limites do calendário para adaptá-los à realidade vivida, são ecos da visão de Hobsbawm (2010; 2008) em seus estudos sobre o “longo século XIX”, que iria de 1789 a 1914, e o “breve século XX”, findo em 1991. Dessa maneira, fica justificada a inclusão dos dois últimos mapas.

Dos autores dos mapas analisados, sabe-se que Caetano Luís de Miranda nasceu no arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina, e foi funcionário da Intendência dos Diamantes (SANTOS, CINTRA e COSTA, 2011), era exímio desenhista, mas não há informações mais apuradas sobre sua formação profissional que o tenha habilitado ao exercício da cartografia. Por sua vez, José Joaquim da Rocha foi um militar português enviado para as Minas para, entre outros trabalhos, fazer mapeamentos da região (SANTOS e SEABRA, 2011a).

Convém mencionar ainda que optamos por considerar apenas os topônimos referentes a cidades, vilas, arraiais, registros, quartéis e presídios, uma vez que estes locais, em grande parte, sobreviveram aos tempos atuais e têm a origem do nome rastreável, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com fazendas, as quais, em muitos mapas, sequer aparecem com seus nomes assinalados<sup>4</sup>. Além disso, essas propriedades rurais não constituíam aglomerações de pessoas, como as outras categorias que aqui analisamos, sendo propriedades particulares, de modo que a nomeação delas seguia uma lógica diferente.

Devemos considerar que a noção de antropotopônimo aqui

---

<sup>4</sup> Ressalve-se a ocorrência, entre outros, do topônimo “Lamim”, uma fazenda que deu origem a um município atual e que aparece registrado em mapas dos Setecentos.

adotada difere um pouco da usualmente adotada comumente, para fins de classificação, em palavras compostas, lançando-se mão apenas da primeira palavra em caso de nomes compostos. Isso ocorre sobretudo em estudos linguísticos, entretanto, para os objetivos aqui considerados, tal distinção não tem tanto sentido, uma vez que nossa orientação é tratar das implicações sociológicas e culturais da nomeação, de modo que é pouco relevante considerar a ordem em que as palavras aparecem, sendo mais premente trazer à tona as motivações que originaram as designações consideradas.

Fazendo uso desse mesmo princípio, alguns nomes que, mesmo compostos por apenas uma palavra, não seriam incluídos, passaram a ser considerados nesse estudo. É o caso, por exemplo, de Vila do Príncipe, que, usualmente, seria um axiotopônimo (motivado por título de autoridade), mas o qual, por ter sido criado em homenagem a um indivíduo específico, passou a fazer parte desta comunicação.

Como último esclarecimento, a palavra “função” foi empregada no lugar de “profissão” nos estudos estatísticos a respeito dos homenageados, por ser mais abrangente e por indicar o papel que o indivíduo exerceu para motivar o nome de uma localidade, que, eventualmente, o fez famoso na cidade. Entendemos por “função” social ou ocupação, nesse contexto, a atividade constante desempenhada pelo indivíduo e que o notabilizou na história da localidade, fazendo-o merecedor da homenagem. Na maioria dos casos, corresponde à profissão do indivíduo, mas também pode não ser, como no caso de algumas funções honoríficas da casa real (príncipe, rainha consorte, infante etc.), ou como o fato de ter sido fundador da povoação que carrega seu nome. Note-se que, como alguns homenageados puderam ser enquadrados em mais de uma função, o total de ocorrências registradas em relação a este quesito, neste estudo, por exemplo, é superior ao de antropotopônimos.

Este projeto se insere no contexto do ATEMIG (Atlas Toponímico de Minas Gerais), variação regional do ATB (Atlas Toponímico do Brasil), banco de dados e conjunto de estudos sobre a toponímia de Minas Gerais, desenvolvido na Faculdade de Letras da UFMG, e do projeto “Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial e Joanino”, financiado pelo CNPq.

### **3. ANTROPOTOPONÍMIA DO SÉCULO XVIII**

Pela análise dos documentos cartográficos históricos citados, foi possível identificar um total de 28 localidades, cuja denominação homenageava determinado indivíduo. O Quadro 1 contém as informações mais importantes para a localização dos povoados - nome no mapa, nome atual categoria administrativa e comarca - e para a identificação do perfil biográfico do homenageado - função/ocupação exercida e origem.

**Quadro 1 – Localização dos povoados, comarca a que pertencem e nomes dos homenageados**

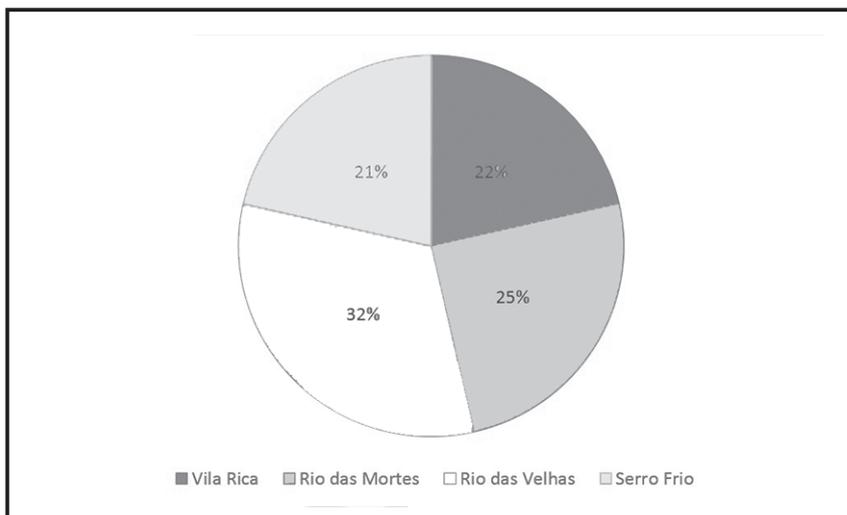
Antropotopônimo		Homenageado			
Nome	Cat Adm	Comarca	Nome	Função	Origem
Vila do Príncipe (Serro, Sede Municipal)	Vila	Serro Frio	José Francisco de Bragança, príncipe à época da homenagem.	Rei (1750-1777)	Lisboa
Gaspar Soares (Morro do Pilar, sede municipal)	Arraial	Serro Frio	Gaspar Soares, colono do início do Setecentos.	Prop Rur	?
Peçanha (Peçanha, sede municipal)	Arraial	Serro Frio	João Peçanha Falcão, guarda-mor, participou da exp. local	Desb./Fund	?
Gouveia (Gouveia, sede Municipal)	Capela	Serro Frio	Francisca de Gouveia, d. das lavras onde surgiu o povoado	Prop Rur	?
Simão Vieira (-)	Capela	Serro Frio	Simão Vieira	?	?
Rabelo (-)	Quartel	Serro Frio	Francisco Rabelo	Desbravador	Bahia
Morro do Mateus Leme	Arraial	Sabará	Mateus Leme, paulista que minerou na região, indo depois para a Bahia	Desbravador	São Paulo
Antônio Pereira (Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, MG)	Arraial	Vila Rica	Antônio Pereira das Caldas, primeiro povoador do local, e também de Mariana.	Desb/Fund	S. João das Caldas, Portugal
Bento Rodrigues (Bento Rodrigues, povoado de Mariana, MG)	Arraial	Vila Rica	Bento Rodrigues, bandeirante do início da exploração mineral.	Desb/Mil	?
Camargos (Camargos, distrito de Mariana, MG)	Arraial	Vila Rica	Tomás, João e Fernando Lopes de Camargo, mineradores.	Fundadores/	?
Mariana (Mariana, sede municipal)	Cidade	Vila Rica	Maria Ana Josefá, consorte de Portugal.	Prop rur	?
St. Antônio do Curvelo (Curvelo, sede municipal)	Arraial	Sabará	Antônio de Ávila Corvello, padre e potentado local, responsável por rebeliões contra a coroa e bispos	Rainha	Linz, Áustria
Raposos (Raposos, sede municipal)	Arraial	Sabará	Pedro de Morais Raposo, bandeirante, fundador da primeira freguesia das minas.	Sac. Cat	?
Antônio Dias Abaixo (Antônio Dias, sede municipal)	Arraial	Sabará	Antônio Dias de Oliveira, um dos primeiros descobridores das lavras de Ouro Preto	Desb/Fund	Taubaté
Betim (Betim, sede municipal)	Arraial	Sabará	José Rodrigues Betim, explorador do Jequitinhonha.	Desb/Fund	S Paulo
João Gomes (Santos Dumont, sede municipal)	Capela	R Mortes	João Gomes Martins, dono da área em que se localizava capela.	Prop Rur	?
Manuel de Moura (-)	Capela	Sabará	?	?	?
Porto do Bezerra(-)	Capela	Sabará	?	?	?

**Quadro 1 (Cont.) – Localização dos povoados, comarca a que pertencem e nomes dos homenageados**

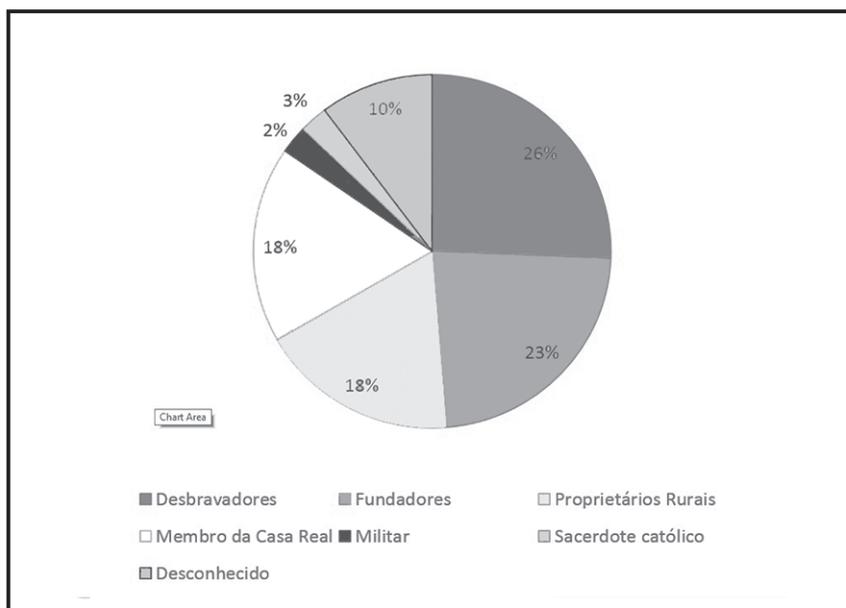
Antropotopônimo			Homenageado		
Nome	Cat Adm	Comarca	Nome	Função	Origem
Vª da Campanha da Princesa (Campanha, sede municipal)	Vila	R. Mortes	Carlota Joaquina Teresa de Bourbon, consorte de d. João VI	Rainha (1816-1826)	Aranjuez, Espanha
Furquim (Furquim, distrito de Mariana, MG)	Arraial	Vila Rica	Antônio Furquim da Cruz, minerador, entre os primeiros da região	Desb/Prop Rur	?
Paulo Moreira (Alvinópolis, sede municipal)	Capela	Vila rica	Paulo Moreira Da Silva, desbravador de fins dos seiscentos, fundador do povoado e apresador de índios.	Desb/Fund	?
São João del-Rei (São João del-Rei, sede municipal)	Vila	R. Mortes	João Francisco de Bragança	Rei 1706-1750)	Lisboa
São José del-Rei (Tiradentes, sede municipal)	Vila	R. Mortes	José Francisco de Bragança	Rei 1750-1777)	Lisboa
Simão Pereira	Arraial	R. Mortes	Simão Pereira de Sá, dono da fazenda em que se criou o povoado, na segunda década do Setecentos	Prp Rur/Fnd	?
Rº Alberto Dias (-)	Registro	R. Mortes	?	?	?
Vª Nova da Rainha (Caeté, sede municipal)	Vila	Sabarará	Maria Francisca de Bragança	Rainha (1777-1816)	Lisboa
Paracatu do Príncipe (Paracatu, sede municipal)	Vila	Sabarará	João Mª José de Bragança, depois d. João VI	Rei (1816-1826)	Lisboa
Matias Barbosa (Matias Barbosa, sede municipal)	Quartel	R. Mortes	Matias Barbosa da Silva, proprietário de fazendas na região, dos mais ricos mineiros e auxiliador da luta contra os espanhóis	Prop rur/Fund	Portugal

Org.: Os autores

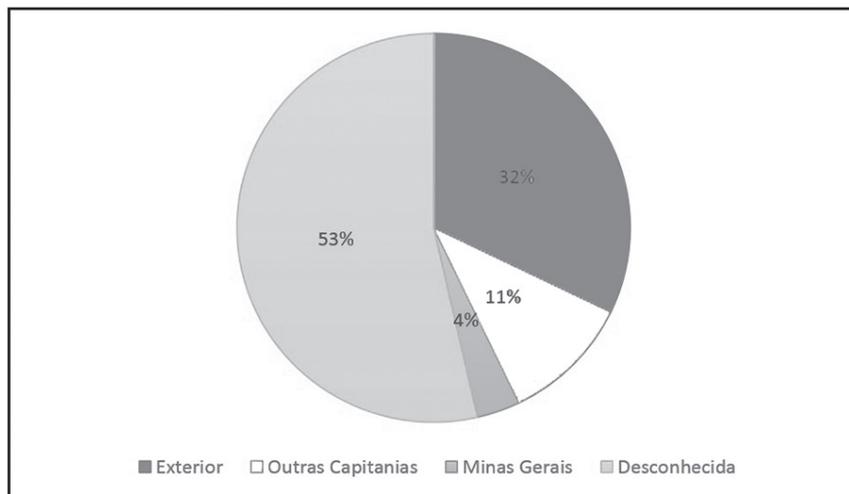
**Gráfico 1 – Participação de cada comarca no total de antropotopônimos da capitania.**



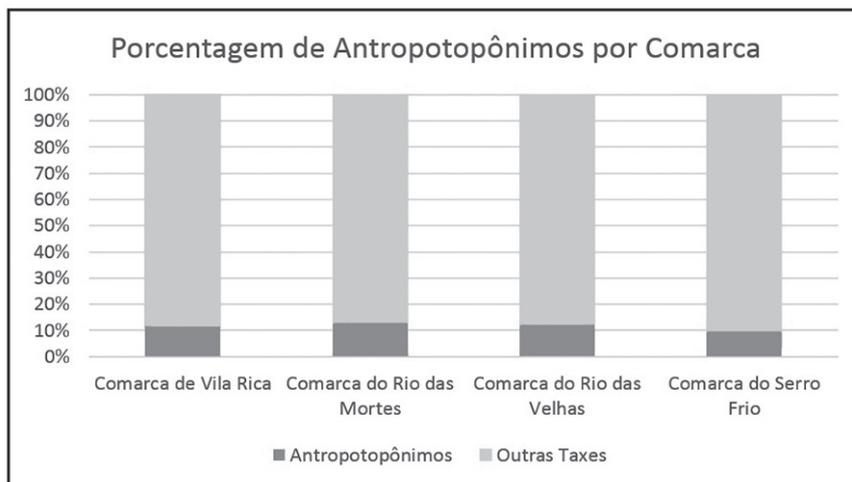
**Gráfico 2 – Percentual de homenageados com antropotopônimos por função exercida.**



**Gráfico 3 – Percentual de homenageados de acordo com o local de nascimento.**



**Gráfico 4 – Participação dos antropotopônimos no total de nomes de vilas, paróquias, capelas, arraiais, registros e quartéis de acordo com a comarca.**



#### **4. ESPAÇO, PODER E NOMEAÇÃO NO SETECENTOS**

Ao lançar o olhar sobre os dados referentes ao século XVIII, o que primeiro chama a atenção é uma clara divisão entre duas categorias de homenageados: uma, que se destaca primeiramente, composta por desbravadores do território, ou seja, bandeirantes, sesmeiros, proprietários de datas e outros,

muitos dos quais portugueses emigrados, e outros paulistas e mineiros, que nomeiam capelas, quartéis e arraiais. O segundo agrupamento é o dos reis, rainhas, príncipes e outros membros da família real portuguesa, que estão presentes nos nomes de vilas e da única cidade formada na capitania, Mariana.

Essa segunda forma de nomeação é expressão de uma prática que se revelou comum no período em tela: trata-se da troca da elevação da população a uma categoria administrativa superior pela inclusão em seu nome de uma homenagem a um membro importante da família real. FONSECA (2011) dá testemunho dessa prática, mostrando que diversos arraiais, quando exercitavam seus direitos de petição ao rei, buscando ascender na hierarquia urbana colonial, ofereciam a mudança de nome ao soberano. Várias localidades adotaram tal prática: Santa Luzia ofereceu-se tornar Vila Nova dos Infantes, em referência aos filhos do reinão-herdeiros da coroa; Conceição do Mato Dentro poderia passar a Vila Petrina, em lembrança do Príncipe da Beira; e o arraial do Tijucu aventou tornar-se Vila Carlolina.

Mas essas suplicações não foram adiante e tais povoamentos não subiram de status antes do advento do período imperial; mas diversos casos de sucesso ocorreram e acabaram se tornando emblemáticos: o arraial de Campanha ofereceu não apenas acrescentar o “da Princesa” em seu nome, em homenagem à futura rainha Maria I, como também propôs a criação de um novo imposto cujas rendas iriam integralmente para a herdeira do trono (FONSECA, 2011). O nome também poderia funcionar como um sinal de lealdade ao rei, um argumento adicional na solicitação de mercês régias, como ocorreu no caso de São João del-Rey, que, peticionando a concessão dos foros de cidade, lembra a Dom João V que o topônimo da cidade é uma homenagem ao monarca, um sinal de lealdade que deveria ser recompensado (FONSECA, 2011).

Esse processo de troca se insere no contexto daquilo que se convencionou chamar de “economia das mercês”, uma forma característica do Antigo Regime de estruturar a relação entre os indivíduos (SILVA, 2007). Trata-se da consideração de que, a despeito de os indivíduos se localizarem em uma sociedade estamental, em que alguns são intrinsecamente melhores que os outros, cada ação oferecida em favor de uma pessoa deveria ser recompensada por uma ação dadivosa em retorno, em um estilo próximo daquilo descrito por Mauss (2003). Nesse sentido, a cada ação dos vassalos deveria se seguir uma recompensa régia, denominada mercê: uma sesmaria, um hábito de uma das ordens militares, foros de fidalgo, o controle de uma passagem de rio, ou qualquer outro privilégio que o distinguisse no interior daquela sociedade. O valor que estruturava essa cadeia de prestações e contraprestações era a honra: oferecer um bem ao superior gerava honra para si mesmo, confirmando a cadeia social, e caso, magnanimamente, o privilégio em retorno fosse concedido, além de se

honrar quem recebeu, também se aumentava o prestígio de quem recebera tal distinção (FURTADO, 2012). Como todos os cargos e funções emanavam do poder real, o monarca era o centro do sistema, ponto fulcral em torno do qual gravitavam as principais recompensas e que deveria atentar para a retribuição dos serviços prestados à coletividade, fosse através de considerações e concessões próprias, fosse por via de seus representantes legitimamente constituídos.

Com as povoações se dava o mesmo processo: arraiais, vilas e cidades, reificados podiam também ser titulares de maior ou menor honra, alçados a credores ou devedores de contraprestações. Como exemplo, quando da disputa para a obtenção do título de cidade, finalmente vencida por Mariana em 1745, vários argumentos remetiam à maior honra desta: o fato de ter sido a primeira vila das Minas Gerais, fundada dois meses antes da atual Ouro Preto; ou o fato de, leal ao rei, não ter se sublevado na assim chamada revolta de Filipe dos Santos, em 1720 (FONSECA, 2011). Quando saiu vitoriosa, a cidade episcopal passou a ostentar o nome da rainha lusa, Maria Ana da Áustria, tendo seu nome sido mudado para o da soberana maior da metrópole, indicando, assim, o seu maior privilégio.

Já os nomes do grupo dos conquistadores indicam que aqueles que foram homenageados com a nomeação do lugar detinham uma influência grande sobre a região, seja por poderio político, seja econômico, seja por terem sido os primeiros a chegar à localidade, a ponto de identificar suas propriedades com a própria região em que elas estavam. Mas note-se que tal influência não seria suficiente para fazer com que o rei mudasse o nome de uma localidade para o de algum potentado local, tanto é que nenhum dos antropotopônimos de personagens locais foi colocado em vila ou cidade, as categorias administrativas que poderiam ter sua nomenclatura controlada por provisão régia. Caso o soberano mudasse o nome de uma localidade para o de um poderoso local, provavelmente desagradaria em demasia seus rivais locais, que não poderiam ser compensados com uma prestação equivalente: na verdade, a dádiva da nomeação seria, para os adversários do homenageado, uma antiprestação, desequilibrando a cadeia do dom e colocando em xeque o poder real.

Ambos os tipos de nomeação, em homenagem à família do rei e a um potentado local, podem ser vistos como expressão de uma característica típica do Antigo Regime em geral: a nebulosidade da distinção entre esfera pública e privada (OLIVEIRA, 2005). Na cultura política do período da modernidade, a administração pública está umbilicalmente conectada à rede de relações privadas dos indivíduos, sendo extensão da sua esfera doméstica. Neste sentido, a nomeação de determinados locais com o nome do próprio rei faz muito sentido, pois também reforça a relação já próxima que o monarca mantém com suas possessões ultramarinas.

Há de se ressaltar ainda que a grande maioria das localidades

com antropotopônimos se localiza na região mineradora<sup>5</sup>, de ocupação mais densa e de importância mais central para a coroa. Assim, pelo fato de haver mais núcleos urbanos, tornava-se mais fácil que o nome de um potentado local passasse a ser usado para designar o arraial nascente; e a relevância para a administração metropolitana favorecia que houvesse interesse na criação de uma estrutura administrativa mais próxima à coroa para tornar mais eficiente a administração, e a mercê de um antropotopônimo régio poderia potencializar esse processo, além de ratificar, através da denominação, a posse do monarca sobre as terras em questão.

## **5. AUSÊNCIAS DE UMA SOCIEDADE EM FORMAÇÃO**

Em uma pesquisa, a ausência de dados pode ser, ela mesma, um dado, revelando, ao silenciar sobre certos aspectos da realidade, informações significativas sobre a vida social. Nesta parte do artigo, procuraremos identificar algumas das principais ausências da antropotoponímia setecentista mineira, tentando, com isso, trazer à tona algumas características da capitania mais populosa da América Portuguesa.

Uma das primeiras faltas que podem ser notadas é a dos profissionais liberais. Os médicos e, sobretudo, advogados, eram de grande importância para a coroa no controle da sociedade em formação, visto que poderiam trazer ordem e tranquilidade para os grupos humanos que se fixavam na região que, posteriormente, se transformaria nas Minas Gerais. Ademais, cabe ressaltar que a administração da justiça, através de juízes, advogados e outros elementos que permitissem dirimir as disputas entre os suplicantes, era de importância vital para a região (FONSECA, 2011; ANTUNES, 2007). De fato, a instalação de novas comarcas, vilas e julgados era um dos principais objetos de petição por parte dos súditos de Lisboa no novo mundo. Por que não homenageá-los?

A conferência de poder a estas camadas da população, na realidade, poderia ser uma fonte de problemas e distúrbios para a coroa. Isto porque muitos dos integrantes das camadas médias da população se filiavam a movimentos da Ilustração que afrontavam a coroa; na realidade, a posse de grandes quantidades de livros, associada aos profissionais liberais, também se aproximava muito do perfil de sediciosos (VILLALTA, 2007), um risco constante para a coroa na época. Muitos destes integrantes, insatisfeitos com a posição de Minas no quadro do império pluricontinental português, acabariam se integrando ao projeto de revolta que, mais tarde, se tornaria celebrizado como a Inconfidência Mineira.

Além disso, muitas vezes, os integrantes do aparato judicial se

---

<sup>5</sup> Uma das exceções é a atual Curvelo, nomeada em homenagem a um famoso vigário local, que exerceu poder político importante sobre uma grande área. O arraial se destacou como um importante entreposto na movimentação do gado oriundo do caminho da Bahia.

encontravam em uma posição não muito privilegiada, visto que, quando entravam em conflito com potentes de outro tipo, como proprietários rurais ou enviados da coroa, seu poderio acabava bastante restrito, uma vez que ele dependia, em grande medida, do apoio militar do Estado em formação. Assim, os próprios advogados e médicos se inseriam nas disputas da época e, como acima ressaltado, homenageá-los poderia também se converter em contraprestação diante de outros membros relevantes da sociedade da época.

A despeito da influência da igreja na estruturação das redes de poder da época, há apenas um sacerdote católico, e ele era padre (Curvelo), e não bispo<sup>6</sup>. Tal pode ser relacionado com um relativo enfraquecimento proposital das redes de influência religiosa por parte da coroa portuguesa, expressa na proibição da instalação de ordens religiosas na região mineradora. Esta atitude foi tomada tendo em vista o temor de que a organização e os contatos mundiais estabelecidos por aquelas organizações pudessem acabar contribuindo para agravar o já relevante contrabando de ouro e diamantes.

## 6. CONCLUSÕES

Confirmando as observações na literatura precedente, os antropotopônimos permanecem uma taxa importante ao longo da história toponímica do estado de Minas Gerais. No período do século XVIII, eles correspondem a um percentual pouco superior a dez por cento, como se depreende do Gráfico 4; entretanto, caso se considerem apenas as vilas e cidade presentes na capitania durante esse período, vê-se que das 14 circunscrições administrativas instituídas por Portugal, um total de 7 (Paracatu do Príncipe, Vila Nova da Rainha, São João del-Rei, São José del-Rei, Campanha da Princesa, Vila da Príncipe e a Cidade de Mariana), ou 50% são compostas por antropotopônimos, todos relacionados com membros da Casa de Bragança<sup>7</sup>. Além disso, foi possível perceber que o setecentos guardou um significado particular para essa categoria especial de designações.

Neste período, o antropotopônimo parece estar associado à ideia de posse, seja por parte de particulares, seja por parte do rei, de um

---

6 A importância dos bispos é facilmente perceptível quando se lembra da forte disputa ensejada pela escolha da nova diocese a ser instalada no território das minas em 1745, finalmente vencida pela então Vila do Carmo sobre Vila Rica.

7 Cabe lembrar ainda, seguindo Fonseca (2011), que mais duas vilas tiveram seus nomes relacionados com a reafirmação do poderio metropolitano: Queluz, atual Conselheiro Lafaiete, e Barbacena, criadas na última década do século XVIII, no contexto pós Inconfidência Mineira, no qual o poder da coroa necessitava ser reafirmado. A primeira povoação recebeu o nome do palácio lisboeta que servia de residência aos reis lusos, e o segundo arraial passou a se chamar como a vila portuguesa da qual era titular nobiliárquico o então governador das Minas, o Visconde de Barbacena.

determinado terreno. No caso do monarca, trata-se da reafirmação de uma verdade pressuposta, mas que, por atualizar um sentido de propriedade basilar para a constituição da sociedade que se estruturava no Império Português, funcionava como um signo de fidelidade, uma renovação da relação de vassalagem dos súditos, que conduzia a uma recompensa por parte do suserano. Já a escolha da designação de cidadãos comuns, embora poderosos, que tinham se destacado na conquista e ocupação do território, indica o valor dado ao direito de conquista nessa sociedade - estima essa que, quando posta em conflito com sua negação, geraria o conflito que ficou conhecido como Guerra dos Emboabas - marcando a propriedade de um local por aqueles que o descobriram e colonizaram. E a manutenção pela coroa dessas denominações em territórios sem poder administrativo próprio indica que a metrópole valorizava e honrava esses conquistadores e desbravadores durante o processo da conquista, embora anulasse seu poder através da mudança de nome quando da elevação do território na hierarquia urbana, já que esta elevação se dava usualmente em locais onde a ocupação já se consolidara.

Tal processo não é estranho à cultura política que estava instalada na península ibérica desde o final da Idade Média: nesse contexto, desde a época das Grandes Navegações, o ato de nomear está umbilicalmente conectado à ideia de tomada de posse daquilo a que se dá o nome (KANTOR, 2009). Basta evocar a lembrança das expedições de descoberta da América, as quais, simultaneamente à realização de atos de conquista, como instalação de marcos, também conferiam novas designações à nova possessão.

Com isso, fica possível divisar um quadro geral do significado do processo de nomeação antropotoponímica na capitania de Minas Gerais no século XVIII; entretanto, são necessárias mais pesquisas com outras taxas de nomes, de modo a obter um quadro mais preciso, assim como novas investigações sobre os antropotopônimos em outras épocas históricas, de modo a obter um quadro mais geral e esclarecedor dos significados históricos e antropológicos da nomeação antropotoponímica no contexto de Minas Gerais ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A Invenção das Minas Gerais: Empresas, Descobrimientos e Entradas nos Sertões do Outro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Editora PUC-Minas, 2008.
- ANTUNES, Álvaro. Administração da justiça nas Minas setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007 (Coleção História de Minas Gerais).

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- CARVALHO, Francisco de Assis. *Entre a Palavra e o Chão: Memória Toponímica da estrada Real*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.
- CARVALHO, Mônica Emanuelle Ferreira de. *Língua e Cultura do Norte de Minas: A Toponímia de Montes Claros*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.
- CINTRA, Jorge Pimentel; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Análise da Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais, de 1804. *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte, v. 8920, n. 1, pp. 67-, 2011.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1970.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'el Rei: Espaço e Poder Nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na Construção da Cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O Breve Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 17, n. 2, dec. 2009.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003
- MENDES, Tatiana Martins. *Léxico Toponímico de Diamantina: Língua, Cultura e Memória*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.
- MENEZES, Joara Maria de Campos. *O Léxico Toponímico nos Domínios de Dona Joaquina do Pompéu*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.
- OLIVEIRA, Ricardo de. Valimento, privança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 25, n. 50, Dec. 2005.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007 (Coleção História de Minas Gerais).
- SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA,

- Antônio Gilberto. A Capitania de Minas Gerais no Início do Oitocentos Segundo a Cartografia de Caetano Luís de Miranda: Informações Fidedignas? *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte, v. 20, n. 1, pp. 267-300, 2011.
- SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Motivação Toponímica da Comarca do Serro Frio: Estudo dos Registros Setecentistas e Oitocentistas em Mapas da Capitania de Minas Gerais. *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte, v. 20, n. 1, pp. 237-266, 2011a.
- \_\_\_\_\_, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Registros Onomásticos da Comarca de Vila Rica, Capitania de Minas Gerais: A Toponímia de Origem Portuguesa em Mapas do Setecentos e do Oitocentos. *Anais do IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: 2011b.
- SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Toponímia de Minas Gerais em Registros Cartográficos Históricos. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). *As Ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2012. p. 245 – 258.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Coroa e a Remuneração dos Vassalos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007 (Coleção História de Minas Gerais).
- VILLALTA, Luís Carlos. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007 (Coleção História de Minas Gerais).

## REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

- CARTA GEOGRAPHICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES, E PARTES CONFINANTES. ANNO 1767. s.a. - Escala: [ca. 1: 700 000], 18 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 15,1 cm . -1767. -1 mpa: ms, col.; 174 x 128 cm (AHEX - Arquivo Histórico do Exército, RJ/RJ).
- MAPPA da Capitania de Minas Geraes. S. M. Jozé Joaquim da Rocha. – Escala: [ca.1: 1 600 000], 30 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 11,3. – 1793. – 1 mpa: ms, col.; 83,0cm x 76,5cm (Biblioteca Pública Municipal do Porto Porto/Portugal).
- MAPPA corográfico da capitania de Minas Gerais no reino do Brasil / seu autor S. S. da Rocha e por ordem do Conselheiro e Intendente das Minas, Diamantes M. F. da Camara [...] corrigido e augmentado por C. L. Miranda, official da Contadoria dos mesmos. 1 mapa ; 44

- x 40cm. [s.l.] : [s.n.], [19-?]
- Mappa da Capitania de Minas Geraes com a devise de suas Comarcas.  
Joaquim José da Rocha – Escala [:3.478 400,00], 40 legoas = 8,5 cm  
(Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m). - 1778 .. – 1mpa: ms,  
col., (AHEX -Arquivo Histórico do Exército, RJ/RJ).
- MAPPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES: QUE MANDOU FAZER  
O ILL.mo, E EX.mo. SENHOR D. ANTO. DE NORONHA,  
GOVERNADOR E CAPITÃO GEN.AL DA MESMA CAPITANIA.  
Joaquim José da Rocha – Escala [1 565 280], 30 legoas =12,5 cm  
(Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m). – 1777. – 1mpa: ms,  
col., 89,2 x 34,5cm cm em f. ....cm , BN ((BN -Biblioteca Nacional,  
RJ/RJ).
- Mappa da Comarca de Villa Rica. 1 mapa ms.: desenho a naquim, col.;  
41 x 80cm em f. 54 x 84cm. Joaquim José da Rocha.1779.
- Mappa da Capitania de Minas Geraes: que mandou fazer o Illmo. e  
Exmo. senhor D. Anto. de Noronha, governador e capitão genal.  
da mesma capitania. Joaquim José da Rocha - Escala: [ca. 1: 1 500  
000], 30 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 12,5 cm .  
-1777. -1 mpa: ms, col.; 89,2 x 34,5 cm (BN – Biblioteca Nacional,  
RJ/RJ).
- Mappa da Capitania de Minas Geraes. S. M. Joaquim José da Rocha –  
Escala: [ca.1: 1 600 000], 30 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283  
cm) = 11,3. – 1793. – 1 mpa: ms, col.; 83,0cm x 76,5cm (Biblioteca  
Pública Municipal do Porto Porto/Portugal).

*Recebido em: 06/05/2014*

*Aceito em: 15/06/2014*